

LUIZ COSTA LIMA

Por um Nacionalismo não passionalizado

PUBLICADO no n.º 44, de novembro-dezembro de 1962 da revista *Brasiliense*, o estudo de Gerard Lebrun *A Realidade Nacional e seus Equívocos* contém uma série de advertências para as novas gerações brasileiras que deverão assim a todo custo conhecê-las. Analisando o recente livro de Álvaro Vieira Pinto, *Consciência e Realidade Nacional*, observa o autor a recorrência de elementos que poderão, se efetivados, distorcer o sentido da revolução brasileira. Pensamos de nossa parte que as críticas do autor são tanto mais pertinentes quanto mais incidem sobre características não apenas do pensamento de V. P., como de largos segmentos nacionais. A eles, portanto, é que imediatamente devem importar as reflexões do autor.

Adverte de início G. L. sobre a necessidade de termos em mente a relatividade de que se revestem os conceitos de “consciência nacional” e de “realidade nacional”. Com efeito, para uma área em regime de transformação, como a brasileira e a dos países subdesenvolvidos em geral, realidade e consciência nacional só podem significar conceitos bem mais vivos e dotados de um dinamismo de que não se revestem em uma área de vida sedimentada, como a europeia ou a norte-americana. Daí re-

sulta a diferença que medeia entre o que um europeu ou um brasileiro inserido no clima do seu país sente por cultura. Para o primeiro, a cultura é a forma substancial de integração com a sua história, para um brasileiro ela é antes a forma de integrar-se com a totalização do seu presente. As consequências parecem claras: para o europeu, a cultura é um estudo, para o brasileiro ela será uma presença. E, daí, para o europeu a aprendizagem cultural há de ser afastada dos compromissos que êle, indivíduo, mantenha com o seu presente. É óbvio que, se os pensadores dialéticos pudessem penetrar na elaboração dos programas educacionais europeus seria ao menos de presumir um grau menor de abstração do seu ensino. No Brasil, entretanto, mesmo sem haver essa penetração, o seu “sentimento do mundo” provoca um outro sentimento da cultura.

Empreendida aquela diferenciação, sem a qual não se localizaria a posição da qual e para a qual V. P. escreve, o autor principia a análise da obra.

Para G. L., o autor brasileiro comete uma simplificação perigosa quando analisa as relações da cultura estrangeira com a nacional. “Por mil modos e maneiras — diz V. P. — (o professor eu-

ropeu) inculca-lhe a superioridade que inegavelmente possui e faz crer que os intervalos históricos são infraqueáveis” (pág. 45). Se assim sucedesse, argumenta Lebrun, “o “nacionalismo cultural” consistiria em apagar continuamente as pegadas da cultura estrangeira como alienantes” (idem).

Detenhamo-nos no problema. Como dirá Lebrun, a obra analisada é percorrida por duas inclinações que a fazem contraditória: de um lado, ela visa ser uma orientação para uma postura crítica diante da realidade nacional, de outro, ela contém os sedimentos evidentes de um nacionalismo passional, exclusivista, diríamos “patriótico”. Essa contradição teria interesse apenas na análise da obra, se ela não representasse a direção tendencial de vastos setores da opinião nacional. E o que é grave: setores da opinião avançada e não da reacionária. Com freqüência, nos deparamos com eclosões dêste falso nacionalismo que pensa a nação como um setor estanque da humanidade. Em consequência, cria-se do outro lado a oposição dos “humanistas” a reclamarem pelos ameaçados valores do espírito. E, malgrado as nossas diferenças com êstes senhores, devemos concordar que em parte êles têm razão, pois se não esclarecermos e combatermos o aspecto xenófobo, passional do nacionalismo brasileiro sairemos distorcidos ou estrangulados.

Esta xenofobia que Vieira Pinto acolhe o conduz a conceder virtudes quase mágicas à situação de nacional. Ela seria bastante por exemplo — segundo Lebrun, pág. 46 — para fazer com que em face a um problema nacional um especialista nacional desse uma

solução mais pertinente que um seu colega estrangeiro, ainda de capacidade igual, pelo fato de nêle ocorrer um como que instinto de nacionalidade.

Em suma, observa Lebrun, “há dois *nacionalismos*: o que marca uma etapa necessária na estratégia revolucionária e aquêle outro que consiste num abscesso de fixação. O que censuro no livro do Prof. Vieira Pinto é oscilar sempre de um sentido para outro, nunca distinguindo entre os dois” (pág. 47).

A incidência constante de um nacionalismo “de fixação” conduz a característica mais perigosa do pensamento do autor: a sua tendência para o irracionalismo com o sacrifício da objetividade científica. Como nota Lebrun, para V. P., praticamente, impessoalidade e objetividade do saber são termos inseparáveis (pág. 50), de modo que descobrir a falsidade do primeiro significa desterrar o segundo da indagação científica. Não é que esta seja a pretensão expressa de V. P., entretanto que as suas palavras conduzam a tanto mostra o antagonismo em que se move o seu pensamento (o que para nós é outra vez reflexo de um perigoso sentimento tendencial hoje vivo no país). Não é que um marxista como Lebrun — ou uma simples pessoa de bom senso — vá negar a interferência da estrutura totalizante, envolvente sobre o sentido de uma estrutura significativa (a obra) criada pelo homem. É mais que sabido por exemplo que não podemos entender o aparente êrro de perspectiva nas figuras da pintura egípcia se não tivermos em conta o motivo social que pressionava sobre a sua fatura. Ou se quisermos um exemplo nosso, será impossível entender a destruição do poema acadê-

mico e a introdução da linguagem coloquial na obra dos poetas modernistas se não colocarmos o fato em relação ao crescimento industrial e urbano de São Paulo. Entretanto, o reconhecimento e a necessidade de análise desta pressão não anula a relativa independência que a estrutura significativa contera, da qual e de que só dela resultará o seu valor ou seja, a sua libertação frente ao epocal ou não. Sem reconhecer ou fundamentar essa diferença, V. P. leva a confundir o condicionamento histórico dos produtos humanos com a objetividade — então nenhuma — do saber. Como nota Lebrun, essa acusação não tem razão quanto às ciências físicas, cujos direitos são reconhecidos por V. P. “Na verdade parece haver dois pesos e duas medidas. Para as ciências da natureza que nos oferecem a representação objetivamente válida dos fatos, das coisas e de suas relações, e para as ciências humanas onde a objetividade torna-se sinônimo de apaixonada parcialidade e de “autenticidade” improvável” (pág. 48). É sabido que o método de indagação das ciências da natureza não se confunde com o das ciências do homem. Enquanto aquelas se movem dentro de um alto grau de abstração, nesta não se pode desarraigar a posição concreta do investigador, o que motiva a diversidade de direções que toma a indagação em cada um dos dois casos. No primeiro, ela vai do fato particular à regra universal, no segundo da abstração à inserção ou representação concreta. Essa diferenciação conduz o autor brasileiro a colocar de férias toda pretensão de objetividade do saber nas ciências do homem. “Teòricamente meu ponto-de-vista é tão pouco

fundado como o vosso; se é verdadeiro possui apenas uma “verdade” vital e utilitária” (pág. 49).

Os reparos de Lebrun são valiosos para os que se preocupam em atuar na realidade brasileira — atuar no sentido dialético em que o pensamento implica na ação, mas em que a ação obriga à necessidade de um nôvo pensar — em atuar e não apenas em se agitar diante da. Medite-se em especial sôbre êste têxto: “Dizemos que um saber é objetivo, até mesmo o saber sócio-econômico, quando não se confunde com sua história, quando a análise histórico-dialética que se pode e se deve realizar não dispensa o estudo estrutural de seus conceitos. Tachar esta posição de idealistas é abusar das palavras”. (pág. 50).

Irracionalismo, pragmatismo e subjetivismo assim se tornam as constantes em que, malgrado o seu propósito, recai o autor analisado. A impossibilidade de uma verdade objetivamente colhida pelas ciências humanas conduz à substituição do postulado da consciência da verdade pelo da consciência autêntica. “Esta consciência verdadeira não é consciência da verdade, mas consciência que sente a sua autenticidade” (pág. 50).

Tôdas estas constantes convergem para a valorização do ideológico por cima de toda consideração pelo científico. E é à construção da ideologia do desenvolvimento que se entrega o Prof. V. P. com todo o seu incontestável valor. Com isso, sôbre a atividade do cientista, do pesquisador, sôbre toda forma de criação passa a pairar um juízo de condenação ou desconfiança implícita. “Já que cabe ao filósofo e ao sociólogo enunciar a ideologia difusa na massa, serão sistematicamente deprecia-

dos o filósofo e o sociólogo que se consagram a trabalhos que não se relacionam explicitamente com a ideologia" (pág. 51). E ainda: "O Prof. Vieira Pinto combate o sistema de ensino inútil, a cultura livresca, o bacharelismo e a falsa erudição. Nisto tem mil vezes razão. Todavia é curioso que nunca nos forneça os meios de distinguir a falsa da verdadeira erudição. Parece cobrir com o mesmo desdém o pedantismo e a saber, *quando êste não se vincula à ideologia*" (idem).

Seguindo êsses pressupostos, a palavra alienação perde a sua riqueza e se torna uma palavra inquisitorial. Qualquer pessoa não devidamente "agitada" pode receber o seu batismo. Quem conheça a atualidade brasileira saberá o quanto as idéias criticadas do prof. V. P. serão (e são) bem recebidas por largos setores de pessoas, no entanto, bem intencionadas. São especialmente estas que devem ler os textos que comentamos. Pois, como diz Lebrun, essa supervalorização do ideológico condena a ciência e a sua prática, termina por tornar impossível a teoria científica da revolução" (pág. 51). E — em parêntesis que reflete a nossa primeira discordância com Lebrun que pensa a obra de arte ser um "produto ideológico" apenas — acrescentemos que essa supervalorização do ideológico também prejudica a prática de uma arte revolucionária, que não se confunde com um

teatro de protesto e indignação. V. P. não trata do problema, entretanto a sua palavra, como dizíamos, representa a voz tendencial de amplos setores novos. E é por êste aspecto que mais atenção deve ser prestada à justa delimitação da importância do ideológico.

G. L., a cujo ensaio não restringimos elogios, guardaria, porém, uma surpresa em suas notas. Depois de tódia a exigência de criticidade, depois que foi mostrado o irracionalismo pragmático a que V. P. se dirige, depois de tódia reflexão sôbre os perigos do enfatuamento do ideológico, depois de concluir que êsses defeitos são comuns "na esquerda européia não-comunista", nos oferece a nota n.º 48:

"...a alternativa entre o "populismo" e a tecnocracia é falaz: entre o reino dos técnicos e a espontaneidade das "massas" há o *partido* no sentido leninista como instância mediadora, ao mesmo tempo organismo técnico (revolucionário, e em seguida administrativo depois da tomada do poder) e intérprete das massas educadas. Sòmente o leninismo nos permite fazer coexistir estas duas verdades: não se tem sempre razão contra as massas, mas o partido, em última instância, tem sempre razão" (pág. 60).

Perguntaríamos, então, se êsse elogio indiscriminado à instituição partidária se *harmoniza com a alta criticidade que orientara o estudo do autor*.